

CBL Alimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
CBL Alimentos S.A.
Fortaleza - Ceará

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CBL Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CBL Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme demonstrado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 15, a Companhia registrou no exercício de 2013 custo atribuído sobre os itens do imobilizado no montante de R\$ 15.305 mil. De acordo com a ICPC 10 - Interpretação sobre aplicação inicial do ativo imobilizado e a propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a opção para se registrar o custo atribuído foi permitida somente na data de adoção inicial das normas, que ocorreu em 2009, não sendo admissível o reconhecimento em data subsequente. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado está apresentado a maior em R\$ 12.993 mil (R\$ 13.380 mil em 2015), o lucro líquido do exercício a menor em R\$ 1.018 mil (R\$ 587 mil em 2015) e o patrimônio líquido a maior em R\$ 8.575 mil (R\$9.186 mil em 2015), líquido dos respectivos efeitos tributários.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 25 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

CBL Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.758	14.873	Fornecedores	17	48.543	46.629
Aplicações financeiras	9	3.320	11.989	Empréstimos e financiamentos	18	49.565	56.448
Contas a receber de clientes	10	66.112	55.643	Financiamentos de tributos	19	337	251
Estoques	11	41.533	28.379	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	20	17.253	11.381
Impostos a recuperar	12	1.653	2.188	Imposto de renda e contribuição social		-	1.085
Imposto de renda e contribuição social		8.208	750	Dividendos a pagar	22	9.415	5.029
Adiantamentos	17.1	13.020	13.457	Outras contas a pagar		5.347	781
Instrumentos financeiros derivativos - swap	31	157	6.634				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	13	4.005	14.841	Total do passivo circulante		130.460	121.604
Outros créditos		6.578	5.694				
Total do ativo circulante		177.344	154.448	Fornecedores	17	5.256	2.449
Realizável a longo prazo		58.082	50.215	Empréstimos e financiamentos	18	19.204	11.495
Contas a receber de clientes	10	2.703	700	Financiamentos de tributos	19	629	766
Aplicações financeiras	9	4.685	752	Passivo fiscal diferido	21	4.433	4.549
Impostos a recuperar	12	49.657	47.820	Contingências passivas		-	454
Depósitos judiciais		1.037	943	Total do passivo não circulante		29.522	19.713
Investimentos	14	241	7.804	Patrimônio líquido	22		
Imobilizado	15	106.667	83.077	Capital social		55.044	18.899
Intangível	16	14.527	3.436	Reservas de capital		1.177	1.177
Total do ativo não circulante		179.517	144.532	Reserva legal		6.320	3.780
				Reserva de lucros		125.762	123.850
				Dividendos adicionais		-	771
				Ajuste de avaliação patrimonial		8.576	9.186
				Total do patrimônio líquido		196.879	157.663
Total do ativo		356.861	298.980	Total do passivo e patrimônio líquido		356.861	298.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CBL Alimentos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita de vendas	23	678.093	510.102
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	24	(484.550)	(363.021)
Lucro bruto		<u>193.543</u>	<u>147.081</u>
Despesas de vendas	25	(106.701)	(71.772)
Despesas administrativas e gerais	26	(25.284)	(29.728)
Despesas tributárias		(4.723)	(3.997)
Outras receitas	28	20.055	24.008
Resultado de equivalência patrimonial	27	(13.558)	(5.926)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>63.332</u>	<u>59.666</u>
Receitas financeiras	29	9.442	13.965
Despesas financeiras	29	(15.151)	(20.483)
Resultado financeiro líquido		<u>(5.709)</u>	<u>(6.518)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>57.623</u>	<u>53.148</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	(6.828)	(8.715)
Lucro do exercício		<u><u>50.795</u></u>	<u><u>44.433</u></u>
Lucro líquido por ação: básico e diluído		7,03	6,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CBL Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>50.795</u>	<u>44.433</u>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>880</u>	<u>(889)</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>51.675</u>	<u>43.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CBL Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	8.955	1.177	1.791	97.284	-	9.802	-	119.009
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	44.433	44.433
Constituição de reserva legal sobre os lucros de 2015	-	-	1.989	-	-	-	(1.989)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal IRPJ	-	-	-	4.724	-	-	(4.724)	-
Transferência de reserva de incentivo fiscal estadual	-	-	-	14.093	-	-	(14.093)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	771	-	(6.823)	(6.052)
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(889)	889	-
Realização tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	303	-	303
Realização ajuste de avaliação patrimonial reflexo	-	-	-	-	-	(30)	-	(30)
Constituição de reserva para expansão sobre os lucros de 2014	-	-	-	17.693	-	-	(17.693)	-
Aumento de capital	9.944	-	-	(9.944)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	18.899	1.177	3.780	123.850	771	9.186	-	157.663
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	50.795	50.795
Constituição de reserva legal sobre os lucros de 2016	-	-	2.540	-	-	-	(2.540)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal IRPJ	-	-	-	8.910	-	-	(8.910)	-
Transferência de reserva de incentivo fiscal estadual	-	-	-	18.869	-	-	(18.869)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(771)	-	(11.077)	(11.848)
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(880)	880	-
Realização tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	300	(1)	299
Realização ajuste de avaliação patrimonial reflexo	-	-	-	-	-	(30)	-	(30)
Constituição de reserva para expansão sobre os lucros de 2014	-	-	-	10.278	-	-	(10.278)	-
Aumento de capital	36.145	-	-	(36.145)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	55.044	1.177	6.320	125.762	-	8.576	-	196.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CBL Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	50.795	44.433
Ajustado por :		
Depreciação e amortização	8.969	7.834
Ajuste de avaliação patrimonial	269	-
Outras receitas	-	(7.839)
Equivalência patrimonial	13.558	5.926
Despesas de juros	9.355	9.525
Variação cambial não realizada	4.344	(238)
	<u>87.290</u>	<u>59.641</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de contas a receber de clientes	(11.355)	(13.404)
Aumento de estoques	(8.944)	(9.462)
Redução (aumento) instrumentos financeiros	6.477	257
Redução (aumento) de adiantamentos a fornecedores	549	(9.797)
Redução (aumento) impostos a recuperar	980	(4.227)
Redução aplicações financeiras	4.736	3.195
Aumento dos depósitos judiciais	(5)	(509)
(Aumento) redução outros créditos	(30)	554
Aumento de fornecedores	1.983	21.431
Aumento das obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	6.067	1.538
Aumento (redução) em outras contas a pagar	1.592	(515)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.021)	(3.767)
	<u>(971)</u>	<u>(14.706)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>86.319</u>	<u>44.935</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(2.260)	-
Empréstimo à partes relacionadas	(9.836)	(14.707)
Aquisição de imobilizado	(30.790)	(13.370)
Aquisição de intangível	(12.080)	(1.789)
Baixa de imobilizado	7.353	1.499
Baixa de investimento	-	137
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	<u>(47.613)</u>	<u>(28.230)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos tomados	82.200	48.826
Empréstimos e financiamentos pagos	(86.346)	(86.704)
Juros pagos	(9.213)	(4.214)
Dividendos pagos	(7.462)	(3.494)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	<u>(20.821)</u>	<u>(45.587)</u>
Variação líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>17.885</u>	<u>(28.882)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	14.873	43.755
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>32.758</u>	<u>14.873</u>
	<u>17.885</u>	<u>(28.882)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A CBL Alimentos S.A. (“Companhia”), constituída em 1986, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Com sede na rua Carlos Câmara, 1454, bairro Jardim América, Fortaleza no estado do Ceará. A Companhia está envolvida primariamente no beneficiamento do leite, fabricação de laticínios em geral, fabricação de ração balanceada para animais, produção e comercialização de sucos, néctares, chás, bebidas mistas e produtos similares, bem como o comércio atacadista de leite e alimentos laticínios em geral.

Atualmente a Companhia opera com 5 unidades industriais próprias, sendo 4 unidades industriais de processamento lácteo, 1 unidade industrial de processamento de ração, 6 centros de distribuição e 3 centrais de captação de leite distribuídos geograficamente pelos estados do Ceará, Bahia, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba.

2 Reorganização Societária

Em Janeiro de 2016 a Companhia obteve o controle da Laticínios Latimilk Ltda, fabricante e distribuidora de queijos e manteigas, ao adquirir 99,99% das quotas do capital dessa entidade. Espera-se que a aquisição possibilite a Companhia maior participação no mercado desses derivados, além de aumentar sua captação de leite na região do estado de Sergipe. A Companhia também espera expandir suas marcas pelo norte e nordeste e aumentar a diversificação dos seus produtos, aproveitando o *know how* da entidade adquirida.

Em 28 de outubro de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação das empresas Belatac Indústria de Laticínios Ltda. e Laticínios Latmilk Ltda., até então controladas da companhia. O acervo líquido incorporado pela companhia apresenta a seguinte composição:

Betalac Indústria de laticínios Ltda.	2016
Ativo circulante	3.851
Ativo não Circulante	16.468
Ativo Total	20.319
Passivo circulante	23.590
Passivo não Circulante	183
Passivo Total	23.773
Acervo Líquido Incorporado	(3.454)
Laticínios Latmilk Ltda.	2016
Ativo circulante	2.658
Ativo não Circulante	1.478
Ativo Total	4.137
Passivo circulante	4.416
Passivo não Circulante	-
Passivo Total	4.416
Acervo Líquido Incorporado	(280)

Tal reorganização societária teve por objetivo a simplificação da estrutura da Companhia, bem como ganhos de sinergia e redução dos custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estrutura, sobretudo as administrativas.

Por se tratar de uma controladora integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na composição patrimonial, no resultado ou composição societária da companhia.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2017.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas em relação às premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 15** - Imobilizado (determinação da vida útil)
- **Nota 31** - Instrumentos financeiros (mensuração dos instrumentos financeiros)
- **Nota 33** - Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a mensuração de valor justo, como os ativos e passivos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa sobre instrumentos financeiros.

Não foram identificados julgamentos críticos relevantes a serem divulgados.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos derivativos e do ativo imobilizado, que são avaliados ao seu valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências convincentes de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável a concessão de descontos e seu valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional no momento em que as vendas são reconhecidas.

b. Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando existe segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Companhia.

Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Vide detalhes na nota explicativa nº 22.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

- Ganhos/perdas nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado;
- Rendimentos de aplicação financeira;
- Outras receitas financeiras;
- Outras despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

(i) Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira

A Companhia utiliza instrumentos de proteção (*Hedge - SWAP*) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real).

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda conforme lei 4.239/63, tendo o montante registrado como resultado do exercício, como conta redutora da provisão para IRPJ, e em seguida transferido para reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, conforme determina a Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/09.

(i) Corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

(ii) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias. Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 21.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão beneficiar a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis definidas para o exercício de 2016 são as seguintes:

	2016	2015
Edifícios e benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas e equipamentos	18 anos	18 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática - Hardware	05 anos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Não houve mudança em 2016 ou 2015.

i. Ativos intangíveis

As vidas úteis definidas para o exercício de 2016 são as seguintes:

	2016	2015
Softwares	10 anos	10 anos
Marcas e Patentes	25 anos	25 anos
Fundo de Comércio	-	-

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Para o fundo de comércio a Companhia não possui vida útil definida, por esse motivo optou por não amortiza-lo no exercício de 2016.

j. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e

- empréstimos e recebíveis;

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e
- outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha o direito legal de compensá-los e a intenção de quitá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(vi) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido à Companhia em condições diferentes das consideradas em outras transações; e (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

(vii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia ainda não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras, mas não espera impactos relevantes, quando da adoção.

(ii) *IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia ainda não realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e nas relações de hedge identificadas em 2016 no âmbito da IAS 39.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia ainda não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 16 em suas demonstrações financeiras, mas por não ter operações relevantes desta natureza, não prever impactos significativos.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	6.711	3.021
Aplicações financeiras	<u>26.047</u>	<u>11.852</u>
	<u><u>32.758</u></u>	<u><u>14.873</u></u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados, remunerados à taxa média de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2016 (99% em 2015) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. O resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

9 Aplicações financeiras

	2016	2015
Aplicações financeiras	<u>8.005</u>	<u>12.741</u>
	<u><u>8.005</u></u>	<u><u>12.741</u></u>
Circulante	3.320	11.989
Não circulante	4.685	752

A Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a operações de financiamentos bancários como forma de garantia. Tais aplicações referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados, remunerados à taxa média de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (99% em 2015). O resgate é condicionado a liquidação dos financiamentos bancários, sendo que a intenção e condições da Companhia é mantê-las até o vencimento.

10 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Duplicatas a receber no país	72.858	59.862
Duplicatas em cobrança	1.039	481
Outras contas a receber	119	-
Acordo judicial	2.297	700
Verbas contratuais	(1.740)	(1.712)
Faturadas e não embarcados	<u>(5.758)</u>	<u>(2.988)</u>
Total	<u>68.815</u>	<u>56.343</u>
Circulante	66.112	55.643
Não circulante	2.703	700

A Companhia gerencia a manutenção dos títulos do contas a receber baixando como perda efetiva os títulos vencidos há mais de 180 dias, assim o risco de crédito da Companhia é mínimo. Porém existem casos em que é iniciado procedimento judicial para cobrança dos valores. Desta forma, os valores de possível provisão para redução ao valor recuperável não são registrados por não serem relevantes, como pode ser observado no quadro da carteira por idade de vencimento.

Composição da carteira por idade de vencimento

	2016	2015
Duplicatas a vencer	59.585	54.686
Vencidas até 60 dias	6.197	1.382
Vencidas entre 61 a 120 dias	287	170
Vencidas entre 121 a 179 dias	449	105
Vencidas a partir de 180 dias	<u>2.297</u>	<u>-</u>
	<u>68.815</u>	<u>56.343</u>

11 Estoques

	2016	2015
Insumos e embalagens	17.177	19.078
Semiacabado	1.577	566
Produtos comercializáveis	502	127
Produto acabado	18.053	6.802
Faturados e não embarcados	<u>4.224</u>	<u>1.806</u>
	<u>41.533</u>	<u>28.379</u>

Em 2016 foram reduzidos de estoque 3.284 (3.709 em 2015) referente a perdas por avarias no processo produtivo da Companhia.

12 Impostos a recuperar

	2016	2015
ICMS	1.592	1.655
PIS	12.529	14.254
COFINS	37.128	33.566
Outros	61	533
Total	51.310	50.008
Circulante	1.653	2.188
Não circulante	49.657	47.820

Os impostos que estão registrados no ativo são oriundos das operações de compra de mercadorias (PIS, COFINS, ICMS) da Companhia.

Conforme o crescimento das vendas, a Companhia espera recuperar esses impostos no curso normal das operações.

O aumento do saldo de PIS e COFINS a recuperar está explicado na nota explicativa nº 28.

13 Partes relacionadas

Remuneração pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a presidência e diretores, totalizou R\$ 548 (R\$ 460 em 2015), e contempla apenas a remuneração direta e pró-labore.

A Companhia não oferece ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pós-emprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

Parte relacionada	Principal natureza das transações		
Jump Promoções Assessoria e Representações	Serviço de consultoria		
Lactínios Betânia S.A. Indústria Pecuária e Agricultura	Aluguel de imóveis		
Girão Agronegócio S.A	Compra de leite in natura		
Toll - Transporte e operações logística Ltda.	Não temos operação		
ABSN - Alimentos e Bebidas Saudáveis do Nordeste	Revenda de sucos, chás e bebidas mistas		
Lebom Alimentos S/A.	Compra e venda de produtos industrializados		
		2016	2015
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas			
Lebom Alimentos S/A.		4.005	9.309
Contas a receber de cliente			
Lebom Alimentos S/A.		739	-

Adiantamento a fornecedores		
Girão Agronegócios S.A	1.222	886
Total ativo	5.966	10.195
Fornecedores		
Girão Agronegócio S.A	1.160	-
Lebom Alimentos	1.412	-
Outras contas a pagar		
Lebom Alimentos S/A.	3.151	-
Total passivo	5.723	-
Vendas entre partes relacionadas		
Lebom Alimentos S/A vendeu para a companhia	9.523	1.571
A Companhia vendeu para Lebom Alimentos S/A	20.941	7.350
Total vendas	30.464	8.921

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são oriundos de transações acordadas entre as partes e devem ser liquidados dentro de 3 meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

14 Investimentos

A tabela a seguir apresenta a composição da conta de investimentos da Companhia:

	2016	2015
Betalac Indústria de Alimentos Ltda.	-	7.078
Certificados de investimento - CI	85	131
Consórcios	-	595
Ágio na aquisição de quotas	156	-
Total	241	7.804

Em 2016 tivemos uma redução nos valores de investimentos devido a incorporação da investida Betalac. Os certificados de investimentos são avaliados pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a Companhia demonstra a movimentação de todos os seus investimentos em 2016:

	2015	Aquisição	Aumento de capital	Resultado de equivalência	Acervo de incorporação	Outros	2016
Betalac Ind de Laticínios Ltda	7.078	-	1.737	(12.239)	3.454	(30)	-
Laticínios Latimilk Ltda	-	70	970	(1.319)	279	156	156
Consórcios	595	-	-	-	-	(595)	-
Certificado de investimentos - CI	131	-	-	-	-	(46)	85
Total	7.804	70	2.707	(13.558)	3.733	(671)	241

15 Imobilizado

a. Composição dos saldos

	2015	Custo	Depreciação	2016
Bens - terrenos	14.824	15.024	-	15.024
Edifícios e benfeitorias	15.112	21.228	(5.032)	16.196
Instalações	2.053	3.412	(1.043)	2.369
Móveis e utensílios	393	975	(621)	354
Máquinas e equipamentos	27.764	74.869	(28.577)	46.292
Equipamentos informática - hardware	319	1.765	(972)	793
Veículos	898	4.553	(3.456)	1.097
Imobilizado em andamento	3.309	10.033	-	10.033
Adiantamento fornecedores imobilizado	5.025	1.516	-	1.516
Custo atribuído	<u>13.380</u>	<u>15.937</u>	<u>(2.944)</u>	<u>12.993</u>
Total	<u>83.077</u>	<u>149.312</u>	<u>(42.645)</u>	<u>106.667</u>

b. Movimentação do custo

	2014	Adições	Baixas	Transferências	2015
Bens - terrenos	14.824	-	-	-	14.824
Edifícios e benfeitorias	19.028	-	-	25	19.053
Instalações	114	171	-	2.177	2.462
Móveis e utensílios	685	138	(3)	-	820
Máquinas e equipamentos	40.045	3.664	(75)	3.638	47.272
Equipamentos informática - hardware	910	166	-	-	1.076
Veículos	3.291	600	(36)	-	3.855
Imobilizado em andamento	6.566	2.805	(223)	(5.840)	3.308
Adiantamento fornecedores imobilizado	363	5.825	(1.162)	-	5.026
Custo atribuído	<u>15.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.305</u>
Total	<u>101.131</u>	<u>13.369</u>	<u>(1.499)</u>	<u>-</u>	<u>113.001</u>

	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Bens - terrenos	14.824	400	(200)	-	15.024
Edifícios e benfeitorias	19.053	2.114	-	60	21.227
Instalações	2.462	410	-	540	3.412
Móveis e utensílios	820	155	(1)	-	974
Máquinas e equipamentos	47.272	12.047	(134)	15.684	74.869
Equipamentos informática - hardware	1.076	689	-	-	1.765
Veículos	3.855	902	(203)	-	4.554
Imobilizado em andamento	3.308	23.009	-	(16.285)	10.032
Adiantamento fornecedores imobilizado	5.026	3.406	(6.915)	-	1.517
Custo atribuído	<u>15.305</u>	<u>632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.937</u>
Total	<u>113.001</u>	<u>43.764</u>	<u>(7.453)</u>	<u>-</u>	<u>149.312</u>

c. Movimentação da depreciação

	2014	Depreciação	Baixas	2015
Edifícios e benfeitorias	(3.179)	(762)	-	(3.941)
Instalações	(25)	(385)	-	(410)
Máquinas e equipamentos	(15.030)	(4.514)	37	(19.507)
Equipamentos informática - hardware	(657)	(101)	-	(758)
Móveis e utensílios	(334)	(93)	-	(427)
Veículos	(2.823)	(168)	36	(2.955)
Custo atribuído	(1.036)	(890)	-	(1.926)
	(23.084)	(6.913)	73	(29.924)
	2015	Depreciação	Baixas	2016
Edifícios e benfeitorias	(3.941)	(1.091)	-	(5.032)
Instalações	(410)	(633)	-	(1.043)
Máquinas e equipamentos	(19.507)	(9.114)	45	(28.577)
Equipamentos informática - hardware	(758)	(214)	-	(972)
Móveis e utensílios	(427)	(194)	-	(621)
Veículos	(2.955)	(640)	139	(3.456)
Custo atribuído	(1.926)	(1.019)	-	(2.944)
	(29.924)	(12.905)	184	(42.645)

A rubrica de imobilizado em andamento contempla os valores alocados a itens de imobilizado em construção ou em processo de montagem e instalação. A Companhia não possui ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados.

Em 2016, foi feita a incorporação das empresas Betalac e Latimilk e com isso foram os respectivos valores incorporados para Betalac R\$5.228 e para Latimilk R\$823.

Provisão para redução no valor recuperável

De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia deve avaliar o valor recuperável sempre que tiver indicações de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Não há indícios para registro de provisão para redução no valor recuperável em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve capitalização de juros sobre empréstimos, bem como bens concedidos em garantia.

d. Revisão do custo atribuído e taxas de depreciação

A Companhia realizou no final do exercício de 2013 conforme laudo técnico, a revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens, por empresa especializada, para promover a revisão da vida útil e reavaliação do seu imobilizado (custo atribuído), quando registrou adição ao seu imobilizado no montante de R\$ 15.305 mil, decorrente da atribuição de valor justo a determinados bens do seu ativo imobilizado. Com isso, foram registrados R\$ 10.101 como ajuste de avaliação patrimonial e R\$ 5.204 mil como passivo fiscal diferido. Os valores supracitados sofreram aumento em 2016 devido a incorporação da empresa Betalac, que também realizou o mesmo procedimento em 2013. Os valores incorporados desta empresa foram de R\$ 633 decorrente de atribuição de valor justo a determinados bens, R\$ 632 de ajuste

de avaliação patrimonial e R\$ 1 de passivo fiscal diferido. Também foram estabelecidas novas taxas de depreciação, que levam em consideração os tempos de vida útil-econômica estimada dos bens, em conformidade com suas atuais condições de funcionamento, no que tange a forma de cálculo da depreciação, no que for aplicável.

16 Intangível

a. Composição

	2016			2015		
	Custo	Amort. acum	Líquido	Custo	Amort. acum	Líquido
Marcas e Patentes	3.202	-	3.202	1.102	-	1.102
Fundo de Comércio	9.869	-	9.869	-	-	-
Software	5.096	(3.640)	1.456	4.985	(2.651)	2.334
	18.167	(3.641)	14.527	6.087	(2.651)	3.436

b. Movimentação do custo

	2014	Adições	Baixas	Transferências	2015
Marcas e Patentes	-	1.102	-	-	1.102
Software	4.370	615	-	-	4.985
	4.370	1.717	-	-	6.087
	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Marcas e Patentes	1.102	2.100	-	-	3.202
Fundo de Comércio	-	9.869	-	-	9.869
Software	4.985	111	-	-	5.096
Total	6.087	12.080	-	-	18.167

No exercício de 2016 a Companhia adquiriu intangíveis da Lebom Alimentos S.A. com o objetivo de ampliar sua gama de produtos e marcas, além aumentar sua carteira de clientes e ampliar sua participação no mercado da Paraíba. Os bens foram avaliados por valor justo conforme laudo de avaliação emitido por especialistas. De acordo com o orçamento da Companhia existe uma expectativa de realização desses ativos em até 10 anos. Os valores de aquisição são discriminados abaixo:

	Valor
Marcas e Patentes	2.100
Fundo de Comércio	9.869
Total	11.969

17 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores nacionais	34.865	35.390
Fornecedores produtores	<u>18.934</u>	<u>13.688</u>
Total	<u>53.799</u>	<u>49.078</u>
Circulante	48.543	46.629
Não circulantes	5.256	2.449

Os fornecedores produtores, são os fornecedores de leite *in natura* para a Companhia, e como se trata da principal matéria prima para o negócio da Companhia optou-se por destacá-lo.

17.1 Adiantamentos

Os adiantamentos são referentes a produtores de leite e a fornecedores de matéria-prima e embalagem. A realização desses valores acontecerá por meio de compensação de valores a pagar à medida que serão recebidas as mercadorias.

	2016	2015
Tetra Pak	2.350	6.385
Cosulati	2.207	-
Icorfort	115	818
Produtores	3.860	2.392
Outros	<u>4.488</u>	<u>3.862</u>
Total	<u>13.020</u>	<u>13.457</u>

18 Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional	TX de juros 2016	TX de juros 2015	Ano de vencimento	2016	2015
Capital de giro	1,20 % a.m.	1,01 % a.m.	2017	11.177	15.269
Financiamento rural	11,25 % a.a	10,5 % a.a	2017	23.278	27.125
BNDES	Cesta de moedas	Cesta de moedas	2019	3.992	5.817
PROGEREM	0,85% a.m.	0,85% a.m.	2016	-	171
Finame	TJLP + spread	TJLP + spread	2019	5.821	3.773
Finimp	Libor+ variação cambial+spread	Libor+ variação cambial+spread	2017	1.599	-
Capital de giro - operações no exterior	Libor+ variação cambial+spread	Libor+ variação cambial+spread	2019	22.424	14.704
Leasing a pagar	1,6% a.m.	1,6% a.m.	2019	<u>478</u>	<u>1.084</u>
Total de empréstimos				<u>68.769</u>	<u>67.943</u>
Circulante				49.565	56.448
Não circulante				19.204	11.495

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2016
2018	12.085
2019	<u>7.119</u>
	<u>19.204</u>
	2015
2017	6.673
2018	3.342
2019	<u>1.480</u>
	<u>11.495</u>

b. Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto, feitos pela companhia:

	2016	2015
Duplicatas do contas a receber de clientes	20.114	24.368
Aplicações financeiras	<u>7.934</u>	<u>752</u>
Total	<u>28.048</u>	<u>25.120</u>

A Companhia não possui *covenants* em seus contratos de empréstimos, apenas a necessidade de manutenção de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos, como mencionado na nota explicativa nº 9.

19 Financiamentos de tributos

	2016	2015
FDI/Provin	<u>966</u>	<u>1.017</u>
Circulante	337	251
Não circulantes	629	766

19.1 Benefícios fiscais

SUDENE

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do lucro da exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de

projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela Sudene, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada lucro da exploração. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

Banco Bradesco FDI/PROVIN

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu alocar recursos destinados ao capital de giro em moeda nacional, geridos pelo Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC, referentes ao incentivo fiscal concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, às empresas beneficiárias do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - PROVIN.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial, com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96 meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Adicionalmente, o termo de acordo CEDIN condiciona a adoção de algumas medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25%, relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

Os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de acordo com o parágrafo anterior podem ser identificados conforme segue:

Exercício	R\$
2012	1.792
2013	3.551
2014	5.663
2015	5.170
2016	5.570
	21.746

O valor reconhecido no resultado referente à benefícios fiscais são excluídos no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, portanto não são distribuídos na forma de dividendos.

Em 2016 foi implementado nos estados do Ceará e Pernambuco o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), onde as Companhias que gozam de benefício fiscal estadual precisam apresentar um crescimento de 10% no saldo de ICMS a recolher mensalmente, em comparativo ao mesmo mês do ano anterior. Tal tributo tem como finalidade viabilizar a manutenção do equilíbrio das finanças públicas dos Estados.

O cálculo do FEEF é feito pela diferença entre o crescimento percentual no saldo devedor de ICMS do mês em comparativo com o mesmo mês do ano anterior. Caso a companhia não atinja o crescimento de 10% estabelecido pela legislação, a diferença percentual deve ser aplicada sobre o valor do benefício fiscal estadual do mês corrente para apurar-se o valor a ser recolhido ao fundo. Em 2016 a companhia efetuou pagamento de R\$ 382 referente à esse tributo.

20 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	2016	2015
ICMS a recolher	4.052	3.069
Outros impostos/contribuições a recolher	550	844
INSS e FGTS recolher	3.185	1.309
Provisão férias e 13º salário	4.024	2.870
Provisão participação nos lucros e resultados	2.289	1.208
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.491	1.057
IRRF sobre JCP	1.662	1.024
	17.253	11.381

21 Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora e consolidado têm a seguinte origem:

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças temporárias		
Custo atribuído do imobilizado	4.433	4.549
	4.433	4.549

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de passivos e o seu respectivo valor contábil. Em 2016 e 2015 a Companhia apresentou diferenças temporárias apenas para o custo atribuídos do imobilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, fundamentada no cálculo do custo atribuído, onde nesse valor foi aplicado 34%, referente a IRPJ e CSLL, sendo realizados a medida que a vida útil dos bens são incorridas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia está assim distribuída em 31 de dezembro de 2016:

Composição (em R\$):

Acionistas	Quantidade	%	Valor	%
Vitor Bruno Machado Girão	3.682.758	51%	28.072.556	51%
Jorge Parente Frota Júnior	1.444.219	20%	11.008.846	20%
David Machado Girão	866.530	12%	6.605.307	12%
Stella Machado Girão	866.529	12%	6.605.307	12%
Antonio Arinilo Macena Maia	361.054	5%	2.752.212	5%
Total	7.221.090		55.044.228	

Aumento de capital

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de junho de 2016 houve aumento de capital de R\$ 36.146, sem diluição das participações acima, se utilizando de recursos das reservas de lucros. O aumento de capital social se justifica diante da necessidade de adequar os saldos das reservas de lucros aos limites impostos pelo Art. 199 da lei 6.404/76 e se fez sem emissão de novas ações, nos termos do § 1º do Art. 169 da lei 6.404/76.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para expansão

É deliberada em assembleia do conselho de administração, que corresponde a 20% do lucro líquido do exercício, sendo sua finalidade o fortalecimento do capital de giro da Companhia e reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do conselho, absorver prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

Essas reservas serão utilizadas pela Companhia para serem destinadas como integralização e aumento de capital em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

Em 2016 foi constituída reserva de Incentivo Fiscal de IRPJ (SUDENE) no montante de R\$ 8.910, reserva de Incentivos Fiscais Estaduais nos montantes de R\$ 5.570 (FDI - Ceará) e R\$ 13.299 (PRODEPE - Pernambuco). Tais reservas poderão ser utilizadas exclusivamente para aumento de capital, não podendo serem distribuídas, conforme determinação do art. 195-A da Lei 11.638 e dos arts. 18 e 19 da Lei 11.941.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2016	2015
Resultado do exercício	55.794	44.433
(-) Reserva legal	(2.540)	(1.989)
(-) Incentivo fiscal - Sudene	(8.910)	(4.724)
(-) Incentivo fiscal - Estadual	(18.868)	(14.093)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	20.476	23.627
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	5.119	5.907
Dividendos propostos %	54%	29%
Dividendos propostos	<u>11.077</u>	<u>6.824</u>

Durante o exercício de 2016 foram pagos R\$ 5.801 de dividendos. A Companhia optou por creditar juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos no exercício de 2016, de modo que o valor total proposto foi de R\$ 11.077, sendo classificado como passivo circulante. Os valores de juros sobre capital próprio sofreram uma retenção de imposto de renda à alíquota de 15%, perfazendo um montante de R\$ 1.662.

23 Receita de vendas

	2016	2015
Receita bruta		
Mercado interno	839.997	628.019
Dedução da receita	(161.904)	(117.917)
Devoluções e cancelamentos	(46.401)	(36.859)
Impostos sobre venda	<u>(115.503)</u>	<u>(81.058)</u>
Total	<u>678.093</u>	<u>510.102</u>

24 Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	2016	2015
Consumo de materiais	(407.336)	(307.261)
Pessoal	(16.247)	(13.439)
Gastos Gerais de Fabricação	<u>(60.967)</u>	<u>(42.321)</u>
Total	<u>(484.550)</u>	<u>(363.021)</u>

25 Despesas de vendas

	2016	2015
Pessoal	(31.639)	(20.037)
Frete	(48.916)	(39.955)
Comissões	(4.366)	(3.123)
Despesas marketing e vendas	<u>(21.780)</u>	<u>(8.657)</u>
Total das despesas de vendas	<u>(106.701)</u>	<u>(71.772)</u>

26 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Despesa com pessoal	(12.135)	(14.125)
Depreciação e amortização	(2.156)	(2.617)
Taxas diversas	-	(308)
Locações diversas	(325)	(2.025)
Serviços profissionais contratados	(5.454)	(4.711)
Despesas com viagens e estadias	(180)	(2.816)
Outras despesas administrativa	<u>(5.034)</u>	<u>(3.126)</u>
Total	<u>(25.284)</u>	<u>(29.728)</u>

27 Resultado de Equivalência patrimonial

	2016	2015
Resultado negativo de equivalência patrimonial	<u>(13.558)</u>	<u>(5.926)</u>
Total	<u>(13.558)</u>	<u>(5.926)</u>

28 Outras receitas

	2016	2015
Subvenções - PROVIN	5.570	5.170
Subvenções - PRODEPE	13.299	8.923
Recuperação de PIS e COFINS (a)	-	7.839
Outras receitas operacionais	<u>1.186</u>	<u>2.076</u>
Total	<u>20.055</u>	<u>24.008</u>

As subvenções referem-se aos incentivos estaduais destinados a investimentos e expansão na Companhia.

- (a) A CBL registrou em 2015 como outras receitas o valor dos créditos presumidos de PIS e COFINS, que nos anos de 2010 a 2014 não haviam sido constituídos, tendo em vista que não havia expectativa de realização dos mesmos. Devido a publicação do Decreto Lei 8.533 de 30 de setembro de 2015, esses créditos passaram a ser ressarcíveis, fazendo com que a Companhia registrasse referidos créditos, que por sua vez serão realizados por meio dos ressarcimentos, dentro dos parâmetros definidos no Decreto.

29 Despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Variações cambiais passivas	(4.344)	(9.039)
Juros sobre empréstimo	(9.417)	(9.526)
Outros despesas financeiras	<u>(1.390)</u>	<u>(1.918)</u>
Total das despesas financeira	<u>(15.151)</u>	<u>(20.483)</u>
Juros recebidos	1.076	1.490
Rendimento de aplicações financeiras	4.105	4.521
Receita de marcação <i>Swap</i> a mercado - MTM	-	3.381
Variação cambial ativa	4.257	4.655
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(227)	(132)
Outras receitas financeira	<u>231</u>	<u>50</u>
Total das receitas financeiras	<u>9.442</u>	<u>13.965</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(5.709)</u>	<u>(6.518)</u>

30 Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente debitada no resultado da Companhia é demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.622	53.148
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas de 25% e 9%	19.591	18.070
<i>Adições temporárias e permanentes</i>		
Multas Inedutíveis	227	93
Provisão de despesas com pessoal	916	574
Perdas com clientes	171	262
Provisões descontos comerciais	794	582
Provisão de despesas com aluguel	487	487
Resultado negativo de equivalência patrimonial	4.610	2.015
Depreciação pela vida útil	299	302
Outras adições	279	286
	<u>7.783</u>	<u>4.601</u>
<i>Exclusões temporárias e permanentes</i>		
Subvenções para investimento	(6.415)	(4.792)
Estorno de provisão de despesas com aluguel	(487)	(487)
Estorno de provisão de despesas com pessoal	(40)	(553)
Estorno de perdas com clientes	-	(218)
Estorno Provisões descontos comerciais	(582)	(373)
Estorno de provisão para perda de estoque por avaria	-	(240)
JCP imputado aos dividendos	(3.766)	(2.320)
Outras exclusões	(39)	(145)
	<u>(11.329)</u>	<u>(9.128)</u>
Incentivo fiscal IRPJ - lucro da exploração	(8.910)	(4.724)
Isenção do incentivo do PAT	(283)	(238)
Outros	(24)	133
	<u>(9.217)</u>	<u>(4.828)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>6.828</u>	<u>8.715</u>
Alíquota efetiva	11,85%	16,40%

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31.1 Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, de mercado (relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (oriundo de suas vendas a prazo) e de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos que visa a contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros, integralmente reconhecidos em sua contabilidade, sem caráter especulativo e cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros por categoria	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	32.758	14.873
Contas a receber de clientes	66.112	56.343
Outros créditos	504	85
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	<u>4.005</u>	<u>14.841</u>
Total	<u>103.379</u>	<u>86.142</u>
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Aplicações vinculadas	<u>8.004</u>	<u>12.741</u>
Total	<u>8.004</u>	<u>12.741</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	53.799	49.078
Empréstimos e financiamentos	68.769	67.943
Outras contas a pagar	<u>5.348</u>	<u>781</u>
Total	<u>127.916</u>	<u>117.802</u>
Instrumentos mensurados a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos - swap	<u>-</u>	<u>6.634</u>
Total	<u>-</u>	<u>6.634</u>

Riscos de crédito

A Companhia está exposta à riscos de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeira; (iii) histórico de compras e pagamento; (iv) informações restritivas de mercado; e (v) garantias.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis.

A Companhia apresenta uma carteira de recebíveis bastante pulverizada, distribuída entre mais de 14 mil clientes ativos, não havendo, portanto, concentração de valores

A Companhia também está sujeita à risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e, para mitigar tais riscos, diversifica sua exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da aquisição de matéria-prima, amortização do seu endividamento, pagamento de tributos e outros desembolsos operacionais.

As principais fontes de recursos financeiros utilizadas pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos e de empréstimos captados junto a bancos locais. Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A Companhia financia o capital de giro assumindo dívidas de curto e longo prazos, normalmente relacionadas ao fluxo comercial.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 18.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado referente ao leite no mercado interno, acrescidos das taxas de juros e preços das matérias-primas utilizadas no processo produtivo e dos demais insumos utilizados na produção.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes de recebíveis, importações de mercadorias e financiamentos bancários.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2016-US\$	2015-US\$
Ativos		
Instrumentos financeiros - swap	-	1.699
Total dos ativos	<u>-</u>	<u>1.699</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	7.082	3.773
Total dos passivos	<u>7.082</u>	<u>3.773</u>
Exposição líquida	<u>7.082</u>	<u>2.074</u>

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Análise da sensibilidade

A Companhia possui passivos atrelados à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016, principalmente em dólar. Para a taxa provável, foi considerado a taxa de dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2016 acrescido de 8% e para a taxa remota foi utilizado um acréscimo de 20% em relação a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2016.

Operação	Saldo em 2015	Risco	Atual		Provável		Remoto	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Exposição em moeda estrangeira	8.099	Alta dólar	3,9048	4,8810	2.024	5,8572	4.049	

Operação	Saldo em 2016	Risco	Atual		Provável		Remoto	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Exposição em moeda estrangeira	23.081	Alta dólar	3,2591	3,5198	1.846	3,9109	4.616	

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP).

A Administração da Companhia entende que, além de irrelevante, o risco de grandes variações nestas taxas para o próximo exercício é moderado, levando em consideração o atual cenário econômico nacional e internacional.

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado e possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital, através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Total do passivo	356.861	298.638
(-) Caixa e equivalentes de caixa	32.758	14.873
Dívida líquida	324.103	283.765
Total do patrimônio líquido	198.878	167.581
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	165%	169%

31.2 Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	32.758	32.758	14.873	14.873
Aplicações vinculadas	8.004	8.004	12.741	12.741
Contas a receber de clientes	66.112	66.112	56.343	56.343
Outros créditos	504	504	85	85
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	4.005	4.005	14.841	14.841
Total	111.383	111.383	98.883	98.883
Fornecedores	53.799	53.799	49.078	49.078
Empréstimos e financiamentos	68.769	68.769	67.943	67.943
Outros contas a pagar	5.347	5.347	781	781
Total	127.915	127.915	117.802	117.802

32 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 (R\$ 80.000 em 2015) para danos materiais das plantas industriais, R\$ 3.000 para responsabilidade civil e R\$ 1.650 para cargas em transporte, sendo R\$ 250 para mercadorias industrializadas, R\$ 400 para insumos e R\$ 1.000 para máquinas e equipamentos. Não fez parte do escopo dos auditores independentes, a suficiência dessa cobertura.

33 Contingências

Com base em informações dos assessores jurídicos sobre causas de natureza tributária, trabalhista ou civil e seguindo critérios de reconhecimento das provisões estabelecidos pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não possui valor provisionado para questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável.

Causas com probabilidade de perda possível, que devem ser divulgadas, totalizam R\$ 27.682 (R\$ 16.771 em 2015) e se referem a causas de natureza cível, trabalhista e tributária, sendo discutido débitos tributários federais e estaduais, além de reclamações trabalhistas por causas diversas, além de discussões cíveis diversas.

* * *

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Vitor Bruno Machado Girão

Conselheiros: Vitor Bruno Machado Girão
Jorge Parente Frota Júnior
Francisco Zuza de Oliveira

Composição da Diretoria

Diretor Presidente: Vitor Bruno Machado Girão
Diretor: Antonio Arinilo Macena Maia

Contador: Felipe Albuquerque Brasil (CRC - 022880/O-6 CE)